



**Blair, a Moral e o Poder**

Bernardo Pires de Lima

Lisboa: Guerra e Paz

2008, 253 pp.

ISBN 978-989-8174-04-8

### Um Churchill para a Europa?

Bernardo Pires de Lima, investigador do Instituto de Defesa Nacional (IDN) e colaborador do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI), publicou *Blair, a Moral e o Poder* num momento oportuno. Tony Blair deixou o seu cargo de primeiro-ministro há tempo suficiente para que, com distanciamento, possamos reflectir sobre as suas decisões e além disso, é um dos nomes mais referidos e apoiados para o cargo de presidente da Comissão Europeia, o que se deve, entre outros motivos, à visão de Europa que o britânico manifestou ao longo dos seus três mandatos. Assim, Bernardo Pires de Lima pretendeu desenvolver, num conjunto de seis capítulos, as principais direcções políticas de Blair, integrando-as no seu contexto político e histórico recente - no plano internacional mas igualmente no seio do Partido Trabalhista -, dando sobretudo ênfase à criação de uma nova doutrina para as relações externas do Estado, ilustrada em dois *cases-studies* nos quais o papel de Blair foi determinante: Kosovo (1999) e Iraque (2003). Veremos mais à frente como o autor os distingue, e como se enquadram na doutrina de Blair exposta. Seguiremos, ao longo desta nossa revisão, o fio condutor desenhado pelo autor, para melhor expor o seu argumento.

O primeiro capítulo consubstancia-se numa introdução teórica. Pires de Lima apresenta sucintamente as duas principais correntes teóricas das relações internacionais, em que apoia o seu argumento.

Por um lado, destaca a teoria liberal institucionalista (John Ikenberry, Universidade de Princeton) que defende a importância da ordem constitucional - e até certo ponto valorativa - que ligou os Estados Unidos aos seus aliados desde o fim da II Guerra Mundial, e que permitiu à Grã-Bretanha um papel influente junto da potência hegemónica, justificando, em parte, posições como o apoio aos EUA na intervenção do Iraque.

Por outro lado, o autor sublinha que os Estados também têm uma visão pragmática das relações internacionais. Segundo a abordagem teórica do realismo ofensivo (John Mearsheimer, Universidade de Chicago), os Estados procuram maximizar o seu poder por todos os meios ao seu alcance, de forma a obter um ambiente internacional mais seguro. Esta é parte da razão por que Blair procurou desempenhar um papel fundamental na política externa europeia e na mediação das relações transatlânticas.

Para aqueles que estão pouco familiarizados com a relevância da eleição de Tony Blair, basta recuperar as palavras de Bernardo Pires de Lima: *“Pela primeira vez na história do país, um candidato a primeiro-ministro vence umas eleições legislativas colocando a relação com os EUA e com a Europa à mesma distância. Tony Blair, ao encetar uma viragem doutrinal quer no Partido Trabalhista quer no próprio entendimento internacional para a Grã-Bretanha, inicia uma nova etapa neste particular relacionamento”* [pp.58]. A visão de Blair era simples: a Grã-Bretanha, não tendo já o seu vasto império, tinha na União Europeia e nos EUA a possibilidade de manter uma esfera alargada de influência e de assim fazer valer o seu poder. A escolha óbvia no contexto europeu foi a Defesa, pois era a grande lacuna europeia para a qual os britânicos mais poderiam contribuir, logo acima dos franceses, ganhando uma posição de destaque.

Mas Blair vai mais longe, revestindo a sua política externa de um carácter de missão: *“a Britain’s mission deveria centrar-se na defesa e expansão de princípios civilizacionais, triunfadores e garantes da segurança ocidental, através da qual o processo de integração europeu se pode desenvolver”* [pp.66]. Esta missão revela uma dimensão ética, na qual os britânicos seriam os promotores da “guerra pelo Bem” - princípios do universalismo liberal que mais tarde se tornariam a bandeira da administração Bush.

Bernardo Pires de Lima prossegue na sua análise, defendendo - com razão - que existe uma forte influência de Londres na própria política externa europeia, visível em três vertentes [pp.71-74]: (1) a consolidação de um relacionamento mais cooperante entre a UE e a NATO, fortalecendo a PESD e articulando-a estrategicamente à NATO. A Grã-Bretanha assume, portanto, que a sua segurança nacional e o seu bem-estar económico estão intimamente ligados à segurança europeia;<sup>1</sup> (2) a conceptualização estratégica britânica que a UE adoptou em tempo, tendo em conta as similitudes entre os dois documentos britânicos *Strategic Defence Review* (1998) e *Defence White Paper* (2003) com o documento Estratégia Europeia de Segurança (EES), e observando que a UE recuperou a mesma retórica de “força pelo Bem” e reclama um papel universal nessa missão; (3) a passagem de Robert Cooper para Bruxelas, enquanto braço-direito de Javier Solana, após ter sido o conselheiro de Blair nos assuntos internacionais, tornando-se um dos arquitectos da segurança europeia após tê-lo sido igualmente na Grã-Bretanha.

Quanto à relação com os EUA, Blair assumiu de imediato a *special relationship*, sendo o Iraque e o Afeganistão a maior prova disso, uma vez que a Grã-Bretanha esteve sempre lado-a-lado com os EUA. Mas apesar disso, a *special relationship* promoveu-se principalmente pelo fortalecimento europeu que acima referimos. Por outras palavras, o que os EUA precisavam era de um aliado forte, com poder de acção e por isso capaz de os apoiar militarmente. Estando na frente do reforço da Defesa europeia, a Grã-Bretanha ganhou a posição de *pivotal power*, i.e. de poder bissectriz que ligava, como um canal de comunicação, a relação da UE com a Aliança Atlântica, obtendo portanto possibilidades de influenciar políticas e decisões.<sup>2</sup> Finalmente, e este é um ponto-chave para o qual o autor chamou devidamente a atenção, a Grã-Bretanha não estabeleceu um apoio irracional aos EUA, mas percebeu que a melhor forma de influenciar as tomadas de decisão potencialmente unilateralistas dos norte-americanos era estar o mais próximo possível destes, tentando levá-los a proceder dentro dos mecanismos de decisão multilaterais [pp.85].

---

1 Sobre este ponto, vale a pena ler o documento *UK Strategic Defence Review* (July 1998) e o documento *Defence White Paper* (2003), ambos disponíveis em <http://www.mod.uk>.

2 Dois discursos de Tony Blair, referidos pelo autor na página 87, são particularmente explícitos na demonstração desta ambição britânica: “*Shaping a Pivotal Role for Britain in the World*” (22 November 1999) e “*Speech at Lord Mayor’s Banquet*” (10 November 1997), disponíveis em <http://www.fco.gov.uk> e <http://www.number-10.gov.uk>, respectivamente.

Concentremo-nos na dimensão ética que acima referimos – que Bernardo Pires de Lima desenvolve no terceiro capítulo – e observemos os quatro pontos fundamentais da política externa britânica que Robin Cook anuncia logo no dia seguinte à vitória de Blair. (1) “a segurança para as nações”, que passava pelo já referido fortalecimento da NATO e da UE; (2) “a prosperidade da Grã-Bretanha”, que procurava reforçar uma diplomacia mais económica com os países no espaço da Commonwealth; (3) “a qualidade de vida na Grã-Bretanha”, que se associa às negociações internacionais sobre matérias ambientais; (4) “assegurar o respeito das outras nações pela contribuição britânica na manutenção da paz mundial e promoção da democracia à volta dele”, sendo este o ponto que verdadeiramente marcou o legado de Blair nas relações externas britânicas. Neste último ponto, a Grã-Bretanha assumiu explicitamente que orientaria o seu poder para difundir e proteger os valores da liberdade e os direitos humanos pelo mundo, para ser *a força do Bem*, integrando na sua política as dimensões ética e moral [pp.102]. Não estando isenta de críticas, esta nova abordagem caiu nos meios europeus como uma lufada de ar fresco, dando origem à chamada Doutrina da Comunidade Internacional que, de certo modo, continua a guiar as intervenções militares europeias.

A Doutrina da Comunidade Internacional foi o resultado da expansão da tese britânica ao chamado “*mundo livre*”,<sup>3</sup> com o estabelecimento de uma obrigação moral de intervenção (militar, se necessário) em caso de genocídios, fluxos massivos de refugiados ou governos de minorias, pois estes eram causas de perda de legitimidade soberana. Mas Tony Blair levou as suas convicções um passo à frente, e é este um dos esclarecimentos importantes da obra de Bernardo Pires de Lima. Num discurso em Tübingen (Alemanha),<sup>4</sup> em Junho de 2000 e já um ano após a operação no Kosovo, Blair lançaria as linhas para a sua conceptualização de Guerra Justa e expansão dos valores liberais pelo alargamento do “*mundo livre*”. É a partir deste momento, como nos assinala o autor, que Blair dá início àquela que será a convergência ideológica entre o seu *office* e a Administração Bush, numa linha neoconservadora que a presidência americana pouco tempo depois desenvolveria [pp.124].

Não deixa de ser curioso que esta dimensão ética se alargasse ao próprio Partido Trabalhista, e que a fé do antigo primeiro-ministro britânico fizesse mesmo com que

---

3 Expressão popularizada por Timothy Garton Ash na sua obra *Free World: Why a Crisis of the West Reveals the Opportunity of Our Time*, London, Penguin Books, 2004.

4 O discurso “*Speech to the Global Ethics Foundation*” (Tübingen University, Germany, 30 June 2000) está disponível em [www.number-10.gov.uk](http://www.number-10.gov.uk), e é citado pelo autor, pp.124.

Hugo Young, antigo colunista do *The Guardian*, afirmasse que “o imperialismo moral tornou-se numa das mais proeminentes características de Blair”.<sup>5</sup> Foi esta fé que esteve na base de decisão das várias intervenções ao longo da era Blair, e foi ela o seu legado mais evidente, omnipresente nas duas principais intervenções militares nesse período, Kosovo e Iraque, embora com conseqüências e resultados distintos.

Essas duas intervenções militares foram inteligentemente escolhidas pelo autor, como *case-studies*, para demonstrar um dos argumentos centrais do livro – a influência britânica nas relações externas europeias e na Aliança Atlântica – mas ainda para nos relembrar que o processo de decisão na política é por vezes muito mais complexo e ambíguo do que se poderia imaginar. Não recuperaremos a ricamente detalhada apresentação da sucessão dos factos que marcaram a influência britânica em ambos os conflitos, mas parece-nos, contudo, fundamental expor algumas das diferenças, principalmente no que toca ao papel da Grã-Bretanha na tomada de decisão.

O Kosovo foi reconhecido pelo governo britânico como a “prova de fogo” da Doutrina da Comunidade Internacional que havia sido desenhada em Abril de 1999, e era por isso importante para Blair não somente justificar a intervenção militar – na sua convicção a única solução que restava para a região – como conseguir atrair para a intervenção um número significativo de Estados com influência política, de modo a salvaguardar-se de danos políticos e a respeitar as suas convicções de multilateralista. Alegando que os actos de genocídio não são exclusivamente uma questão interna aos Estados, mas sim de toda a Humanidade, Blair e a sua comissão procuraram nas Nações Unidas uma resolução que autorizasse a utilização dos meios necessários para pôr termo ao genocídio no Kosovo. Com o bloqueio de Moscovo, e a importância que os britânicos atribuíam à participação americana, mesmo sendo este um “problema europeu”, a intervenção avançou através da NATO, antes de uma autorização expressa do Conselho de Segurança da ONU. Foi Blair, com a sua convicção na Doutrina de Comunidade Internacional e no internacionalismo liberal, que convenceu Clinton a agir, salvando a credibilidade da NATO e conseguindo colocar a Grã-Bretanha na liderança da defesa europeia. Assim, e com uma Europa mais forte, Blair conseguia dar sentido a uma vontade de poder partilhada com a superpotência EUA, numa lógica de mundo ocidental defensor de valores comuns de liberdade e direitos humanos. Foi uma vitória de Blair.

---

5 Hugo Young, “*The Postmodern Man’s Burden*”, *Foreign Policy*, July/August 2002, p.86 (citado pelo autor na obra, pp.107).

Por seu lado, a intervenção militar no Iraque (2003) conheceu um processo de decisão muito distinto. Apesar de associar a luta contra o terrorismo ao mundo livre e não exclusivamente aos EUA, logo na manhã dos ataques às Twin Towers, Blair não via no regime iraquiano uma ameaça terrorista, e nas palavras de Bernardo Pires de Lima, para ele *“Saddam não constituía um perigo diferente a 10 ou a 12 de Setembro de 2001”* [pp.169]. Contudo, as Armas de Destruição Massiva (ADM) eram uma preocupação real na Grã-Bretanha e no resto da Europa, o que motivou os EUA, segundo o autor, a associar o Iraque a um potencial ataque químico ou bacteriológico. Mais tarde, no início de 2002, George W. Bush, lançou a expressão *“Eixo do Mal”*, identificando o Iraque como um ponto-chave desse *“eixo”*, mas mesmo então o governo inglês não o subscrevia, nem sequer concordava com as soluções a curto prazo apresentadas pelos norte-americanos. No entanto, e esta foi sempre uma posição assumida por Blair, mantinha-se que a melhor forma de influenciar as decisões dos EUA não era ser do campo contrário mas estar a seu lado e que os americanos não poderiam entrar em guerras sozinhos ou agir unilateralmente, o que dificultava a decisão britânica face ao Iraque. As ambiguidades desaparecem quando é enunciado pelos EUA o plano para o Médio Oriente, que envolvia o derrube de vários regimes, sustentado, entre outros pontos, pela crescente suspeita de programas de ADM - suspeitas cujos serviços secretos de vários países europeus também partilhavam. A partir de Março de 2002, a Grã-Bretanha assume que o Iraque é um problema, mas recusa-se a saltar os processos multilaterais de decisão, e evita afirmar que intervirá militarmente no país. Será esta a posição de Blair até inícios de 2003, momento a partir do qual deixou de ser possível aos britânicos travar os avanços norte-americanos. Com os falhanços sucessivos em reunir consensos entre os europeus para o derrube do regime iraquiano através de uma intervenção militar, os EUA iniciaram os ataques a Bagdade em Março de 2003, com os britânicos ao seu lado com uma força de cerca de 45 mil homens, mas Blair falhara no seu objectivo de ponte transatlântica, e a Aliança Atlântica saíra fragilizada.

A ocupação do Iraque e os processos que se lhe seguiram marcaram o início da queda de Blair no governo inglês. Bernardo Pires de Lima enumera seis razões para justificar o início desta retirada [pp.198-205], de entre as quais consideramos pertinente referir aqui três em particular. A desconfiança entre Londres e Washington subia, e com ela as constatações britânicas que as forças armadas dos EUA não estavam preparadas para o pós-guerra, que envolvia um maior contacto com as populações. Para além disso, tendo

sido as ADM a bandeira para a intervenção no Iraque, o insucesso nas buscas fragilizava a posição tanto dos britânicos como dos americanos. Ainda, e este ponto é muito importante para a compreensão dos processos de decisão, inquéritos provaram que a obtenção das informações pelos britânicos fora pouco rigorosa e baseada em espões pouco próximos dos círculos de Saddam. Blair, enquanto chefe de Estado, decidira com as informações que lhe foram entregues, e estas estavam, aparentemente, erradas. Assim, na opinião pública tal como dentro do seu próprio partido, Blair foi deixando de ser um líder consensual. Apesar disso, em Maio de 2005, consegue ser eleito pela terceira vez, num escrutínio que nunca esteve realmente em risco, e que constitui um feito único na história do seu partido que nunca tivera três mandatos consecutivos. Passada uma década na liderança do *Labour*, Tony Blair passa o testemunho a Gordon Brown, escolha da sua confiança.

A obra de Bernardo Pires de Lima, tal como o referimos no primeiro parágrafo desta nossa recensão, aparece no momento oportuno; a compreensão das políticas de Tony Blair no contexto internacional é essencial se quisermos acompanhar o crescimento europeu e contribuir para a sua redefinição. Tony Blair foi absolutamente revolucionário para o contexto político britânico, repensando ideologicamente o Partido Trabalhista e recuperando o poder, do qual o partido estava afastado há 18 anos. A sua visão para a política externa marcou (e ainda marca) a UE e reforçou a Aliança Atlântica, destacando a Grã-Bretanha na posição de *pivotal power*, e mantendo os EUA dentro de mecanismos de decisão multilaterais.

Colocando Blair lado-a-lado com Churchill e Thatcher, Bernardo Pires de Lima pretende demonstrar que Blair também marcou uma era na política britânica e internacional, antes mesmo da sua carreira política ter acabado. Blair é um nome que tem ecoado na UE para a presidência da Comissão Europeia. Tendo em conta que as três grandes potências europeias – Grã-Bretanha, Alemanha e França – estão neste momento alinhadas num sentido político pró-americano, Blair poderia ser o rosto certo para estabelecer uma ponte cada vez mais segura e firme entre a defesa europeia e a Aliança Atlântica, e assim prosseguir, de algum modo, o trabalho que começou no seu país em 1997. Se por um lado reúne os apoios dos países do Leste europeu – pois foi sempre um grande defensor do processo de alargamento da UE –, por outro ele é um dos principais arquitectos da redefinição da Defesa Comum europeia – criou a PESD –, e que, com o Tratado de Lisboa, finalmente ganhará o destaque merecido, com a Política Comum de Segurança e Defesa.

Um livro bem escrito, sério e completo, e que em vez de certezas propõe um diálogo entre os vários especialistas que se inclinaram sobre Blair e o seu governo. Imprescindível para quem pretende estudar a política externa britânica, a intervenção militar no Kosovo (1999) ou no Iraque (2003).

Alexandre Homem Cristo